



**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0197576-6**

**COMARCA: MORENO (VARA ÚNICA)**

**RECORRENTE: EDSON LIMA BARBOSA**

**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**

**RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE**

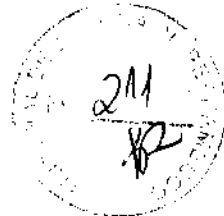
**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**

**EMENTA:** PENAL. PROCESSUAL PENAL. PRONÚNCIA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO- ARTIGO 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL. RAZÕES RECURSAIS NO SENTIDO DE QUE SEJAM EXCLUÍDAS DA PRONÚNCIA AS QUALIFICADORAS DO MOTIVO TORPE E DO USO DE RECURSO QUE DIFICULTE OU IMPOSSIBILITE A DEFESA DA VÍTIMA, SOB A ALEGAÇÃO DE QUE ESTAS NÃO ENCONTRAM AMPARO NO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS. CONSUBSTANCIA-SE A PRONÚNCIA EM MERA HABILITAÇÃO À ACUSAÇÃO E JULGAMENTO PELO JÚRI POPULAR. LOGO, AS DÚVIDAS E INCERTEZAS QUE PORVENTURA PERSISTAM EM CIRCUNDAR O FEITO DEVERÃO SER SUBMETIDAS À APRECIÇÃO EM PLENÁRIO DO JÚRI – JUIZ NATURAL DA CAUSA POR FORÇA DE MANDAMENTO CONSTITUCIONAL. AO CONTRÁRIO DO ALEGADO PELA DEFESA, OS AUTOS DEMONSTRAM QUE O CRIME FOI COMETIDO POR MOTIVO FÚTIL E QUE NÃO FOI DADA A VÍTIMA QUALQUER CHANCE DE DEFESA. AS CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DESCRITAS NA DENÚNCIA SE APRESENTAM VIÁVEIS, EM FACE DO CONJUNTO DA PROVA, DEVENDO SER SUBMETIDAS À APRECIÇÃO DOS JURADOS. PROVA DA MATERIALIDADE E FORTES INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso em Sentido Estrito nº 0197576-6, da Vara Única da Comarca de Moreno, em que figuram, como recorrente, EDSON LIMA BARBOSA e, como recorrido, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, pelo não provimento do presente recurso, de acordo com o relatório e voto, que fazem parte deste julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2014.

  
**Des. Romero de Oliveira Andrade**  
**Relator**



**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0197576-6**  
**COMARCA: MORENO (VARA ÚNICA)**  
**RECORRENTE: EDSON LIMA BARBOSA**  
**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**  
**RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**

### RELATÓRIO

Inconformado com a sentença do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Moreno, que o pronunciou como incurso nas penas do **art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal**, **EDSON BARBOSA DE LIMA**, já qualificado nos autos, recorre em sentido estrito, requerendo, em síntese, a exclusão das qualificadoras do motivo torpe e do uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, arguindo que as mesmas não encontram amparo nos elementos de provas carreados aos autos.

Narra a Denúncia que, por volta das 10:00 horas, do dia 24 de junho de 2003, na via principal do Povoado de Massaranduba, em frente ao estabelecimento comercial da pessoa conhecida por Vêú, o recorrente, também conhecido como "Eba" e o outro denunciado, vulgo "Lampião", o primeiro fazendo uso de revólver e o segundo utilizando-se de uma faca- peixeira, produziram os ferimentos na pessoa da vítima José Fabiano Gomes da Silva, o "Dário", que veio a óbito, conforme comprova a Perícia Tantoscópica de fls. 54.

Consta ainda da peça atrial que o motivo do homicídio teria sido o fato de a vítima ter assassinado, dias antes, o irmão do corréu "Lampião", sem lhe dar, também, qualquer chance de defesa.

Seguiu o presente feito os trâmites de estilo, com posterior prolação da decisão, às **fls. 172/175**, que julgou procedente a denúncia de **fls. 02/04**, pronunciando o ora recorrente como incurso nas sanções do artigo 121, § 2º, I e IV, do Código Penal, sujeitando-o, assim, a julgamento perante o Egrégio Tribunal do Júri da Comarca de Moreno.

Com razões recursais às **fls. 179**, o advogado Gilvan Luiz da Hora, OAB-PE 10.249, requer, sucintamente, que seja dado provimento ao

**Nlwvs (rse 0197576-6)**



212

presente recurso com o reconhecimento do homicídio simples (art. 121, *caput*, do CPB), vez que não restaram suficientes comprovadas as qualificadoras dos incisos I e IV, do § 2º, do art. 121, do Código Penal.

O Ministério Público de primeira instância, através do Promotor de Justiça Dr. Leonardo Brito Caribé, contra-arrazoou às **fls. 185/186**, opinando pelo não provimento do recurso e, conseqüentemente, pela manutenção do *decisum* ora afrontado.

Às **fls. 201**, Juízo *a quo* manteve a decisão recorrida, determinando a remessa dos autos a esta Superior Instância.

Instada a se manifestar, a Douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa do Procurador de Justiça, Dr. Gilson Roberto de Melo Barbosa, ofereceu o parecer de **fls. 206/208**, opinando pelo não provimento do recurso, mantendo-se a pronúncia ora impugnada.

O recorrente encontra-se recolhido no Presídio Professor Aníbal Bruno, conforme comprova documento acostado às **fls. 181**.

É o relatório.

A pauta.

Recife, 14 de Dezembro de 2009

  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator

17/01/2007 18/12/07.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



213

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0197576-6**  
**COMARCA: MORENO (VARA ÚNICA)**  
**RECORRENTE: EDSON LIMA BARBOSA**  
**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. GILSON ROBERTO DE MELO BARBOSA**  
**RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**

### VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores,  
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça,

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto pela Defesa de **EDSON LIMA BARBOSA**, contra a decisão do Juízo da Vara Única da Comarca de Moreno, que acolheu a denúncia e pronunciou o ora recorrente como incurso nas sanções do **art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal**.

Alega o advogado, ao arrazoar o presente recurso, que o conjunto probatório não ampara a inclusão na pronúncia das qualificadoras da torpeza e do recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima.

Inicialmente, destaco que as testemunhas foram unâimes em atribuir ao recorrente a responsabilidade pela morte de "Dário". Já quando interrogado perante o Juízo *a quo*, o recorrente confessou, em parte, a prática delitiva, às fls. 106/108.

A materialidade restou comprovada na Perícia Tanatoscópica de fls. 54. Por outro lado, a presença de indícios da autoria delitiva aflora do acervo probatório, demonstrando que o crime foi cometido por vingança e perpetrado mediante recurso que tornou impossível a defesa da vítima, caracterizando-se as qualificadoras dos incisos I e VI, do § 2º, do art. 121, do CPB, ora contestadas pelo ilustre advogado.

O Juízo de primeiro grau, acertadamente, reconheceu a existência da materialidade, indícios de autoria e a presença de qualificadoras, segundo os

Nlwvs (rse 0197576-6)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 31) 99729784 E-mail: roan@tjpe.gov.br



depoimentos testemunhais, remetendo a apreciação do mérito para o juízo competente, ou seja, o Tribunal Popular do Júri.

Na verdade, compulsando os autos, verifico que, contrariando os argumentos defensivos, o delito ora em comento teria sido praticado por vingança, vez que a vítima assassinou, dias antes, o irmão de "Lampião", o outro denunciado.

Depreende-se, também, que a forma de execução tornou impossível a defesa da vítima, em razão desta ter sido atacada repentinamente pelos dois acusados (um munido com uma arma de fogo e o outro, com uma faca-peixeira).

Ademais, no que diz respeito ao afastamento das qualificadoras, é pacífico o entendimento no sentido de que as mesmas só podem ser excluídas nesta fase processual se realmente forem manifestamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos. Somente em situações excepcionais, segundo a doutrina e a jurisprudência pátria, pode o Juiz afastar qualificadora ou causa de aumento específica constantes da denúncia, fato que não ocorre no caso em tela.

Além disso, a pronúncia não se exterioriza como juízo condenatório, mas de admissibilidade provisória da acusação para posterior julgamento pelo Tribunal do Júri, ao qual, por força de mandamento constitucional, cabe analisar a manutenção ou não das qualificadoras.

Sobre o ponto em análise, trago à colação Os seguintes julgados:

**STJ: "RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. INDÍCIOS DA PRESENÇA DAS QUALIFICADORAS DO MOTIVO TORPE E DA EMBOSCADA. MANUTENÇÃO NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PROVISORIAL ACERTADA. 1. Considerando-se que, em um exame de cognição sumária, restou configurada a existência de indícios quanto à presença do motivo torpe e da emboscada, necessária a manutenção destas na sentença de pronúncia, uma vez que, na fase do *judicium accusationis*, existindo dúvidas acerca da autoria do crime ou da existência de qualificadoras, ocorre a inversão da regra *in dubio pro reo* para *in dubio pro societate*. 2. Recurso especial provido para cassar o aresto proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e restabelecer integralmente a sentença de pronúncia, inclusive no tocante às qualificadoras**

Nlwvs (rse 0197576-6)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784 E-mail: roan@tjpe.gov.br



215

**previstas no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Estatuto Repressivo"** (REsp 819956 / SP 2006/0031934-4, Ministro JORGE MUSSI (1138), T-5, Data do Julgamento: 04/12/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 02/02/2009)

**TJRS: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. CABIMENTO. ALEGAÇÕES DEFENSIVAS DE NEGATIVA DE AUTORIA E DE AUSÊNCIA DE PROVA PARA UM JUÍZO DE PRONÚNCIA. AS NEGATIVAS DA AUTORIA NÃO ENCONTRAM AMPARO, DE FORMA INCONTROVERSA, NOS AUTOS. ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES PARA ENCAMINHAR OS RÉUS A JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. DESPRONÚNCIA OU DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE.** Evidenciada a materialidade do fato e suficientes os indícios da autoria, em concurso de agentes, a submissão dos acusados a julgamento pelo Tribunal Popular é medida que se impunha, porquanto compete ao Júri, com exclusividade, valorar a prova e decidir a respeito das versões defensivas, uma vez que as negativas da autoria não se encontram evidentes, estremes de dúvidas no contexto probatório. As circunstâncias qualificadoras descritas na denúncia se apresentam viáveis, em face do conjunto da prova, devendo ser submetidas à apreciação dos jurados. Mantida a decisão de pronúncia. **RECURSO EM SENTIDO ESTRITO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** (Recurso em Sentido Estrito Nº 70028841260, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jairne Piternan, Julgado em 19/11/2009).

Isto posto, acolho o parecer do Órgão Ministerial do 2º Grau, e **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso em sentido estrito, mantendo a sentença de pronúncia em toda a sua inteireza.

É como voto.

Recife, 26 de Janeiro de 2010

**Des. Romero de Oliveira Andrade**  
Relator